

BOLETIM

ECONÔMICO E REGULATÓRIO

CURITIBA | ANO: 2023 | MÊS: MARÇO | VOLUME 03 | NÚMERO 21
Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Paraná (Agepar)



ÍNDICE

• INFLAÇÃO

IPCA	04
INPC	08
IPCA x INPC	11
IGP-DI	13
IGP-M	14

• GÁS

Brent	15
-------	----

• TRANSPORTE

Diesel	16
--------	----

• NOTÍCIAS

Servidora da Agepar é recordista em certificações	18
---	----

Abertura do Ciclo de Capacitação marca inauguração oficial do auditório	19
---	----

Servidores da Agepar participam de treinamento de formação para brigada de incêndio	22
---	----

Campanha Ilha do Mel	24
----------------------	----

Doações de servidores da Agepar são entregues a projeto voltado à causa animal	29
--	----

Novo diretor da Agepar toma posse	30
-----------------------------------	----

Representantes da Agepar se reúnem com a Marinha	32
--	----

consulta pública

número 2

🕒 Serão analisadas somente as contribuições recebidas entre 15 a 30 de março 2023

❓ Clique no banner Consulta Pública nº 1/2023 no site da Agepar (www.agepar.pr.gov.br)

Notas Técnicas com as Metodologias da Temática n.º 4 da 2ª Fase da 2ª Revisão Tarifária Periódica (RTP) da SANEPAR

Receita Verificada; Receita Requerida; Ajustes Compensatórios; Desequilíbrios Econômicos; Modelo Financeiro Geral; e Aspectos complementares da metodologia BAR

Março é o mês de celebrar as conquistas femininas ao longo da história. Parabéns a todas as mulheres!



Por entender que a informação é a base da transparência que, por sua vez, representa um dos pilares da Regulação, o Boletim reúne e divulga, mensalmente, os principais índices previstos nos contratos de concessão e os novos marcos legais e regulamentares que fundamentam a atividade regulatória.

Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Paraná

Reinhold Stephanes ■

Diretor-Presidente

Marcelo Luiz Curado ■

Diretor Administrativo Financeiro

Maiquel Guilherme Zimann ■

Diretor de Regulação Econômica

Antenor Demeterco Neto ■

**Diretor de Fiscalização e Qualidade
dos Serviços**

Bráulio Cesco Fleury ■

Diretor de Normas e Regulamentação

Equipe Editorial

Christian Luiz da Silva ■

Cintia Rubim de Souza Netto ■

Luciano Ricardo Menegazzo ■

Kharen Kelm Herbst ■

Carlos Vinícius Rodrigues ■

Leonardo Silveira de Souza ■

Apoio Técnico:

Matheus de Souza Brasil (Estagiário) ■

Maria Heloisa Charello (Estagiária) ■

Redação e Revisão

Ana Carolina Bendlin Gonzalez ■

Projeto Gráfico e Diagramação

Carlos Eduardo Winnikes da Silva ■

Revisão

Amanda Vanzella Gonçalves ■

Colaboração

Luiz Gustavo Gonçalves da Costa e Silva ■



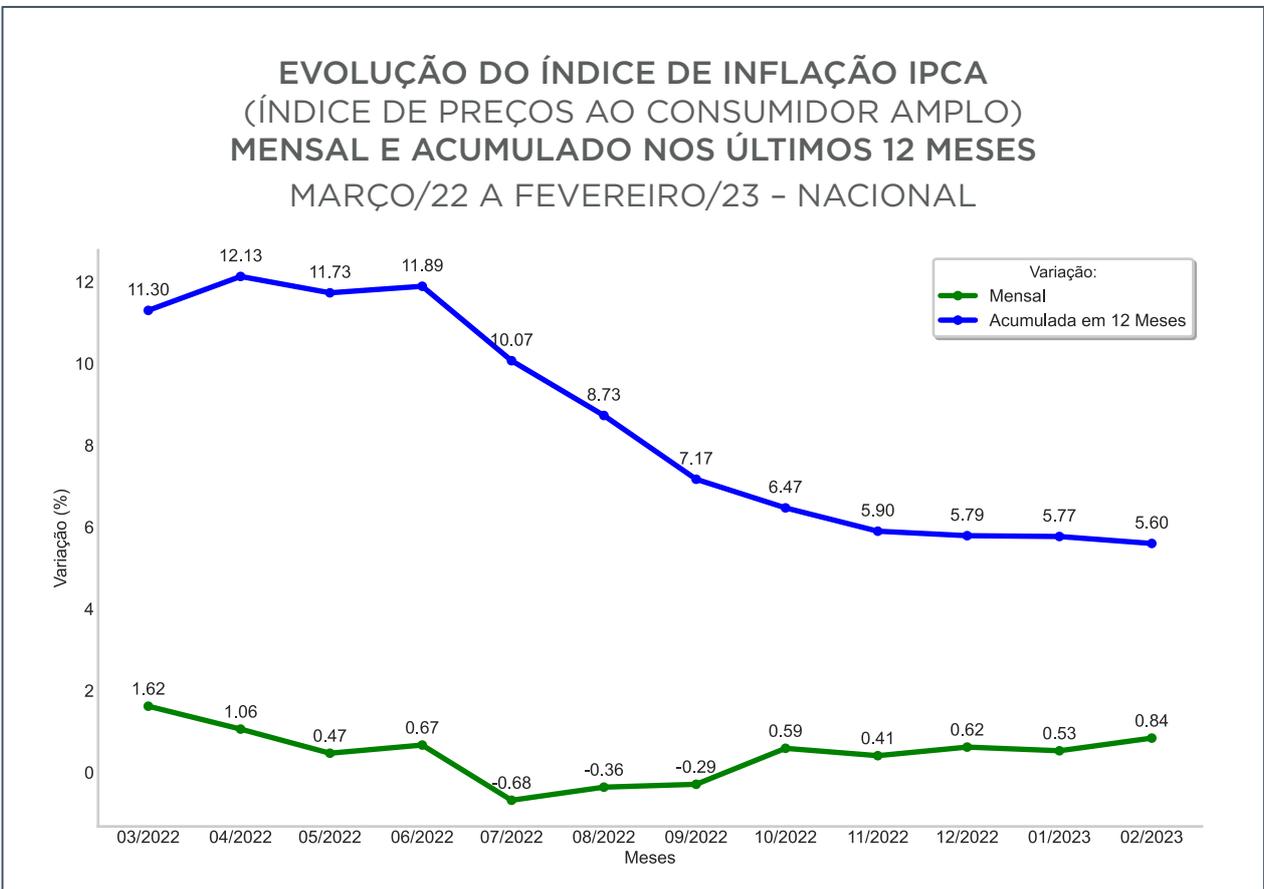
A Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Paraná (AGEPAR) regula e fiscaliza os serviços públicos de responsabilidade do Governo do Paraná, que são operados por empresas públicas e privadas. **Ela defende os direitos dos usuários, pois, além de controlar a qualidade dos serviços, também, estabelece regras para o setor.**

A Tarifa assegura a receita suficiente para cobrir custos operacionais eficientes, remunerar investimentos necessários e garantir o atendimento com qualidade. Todos os anos, ocorre o Reajuste Tarifário, para a manutenção do equilíbrio econômico e financeiro.

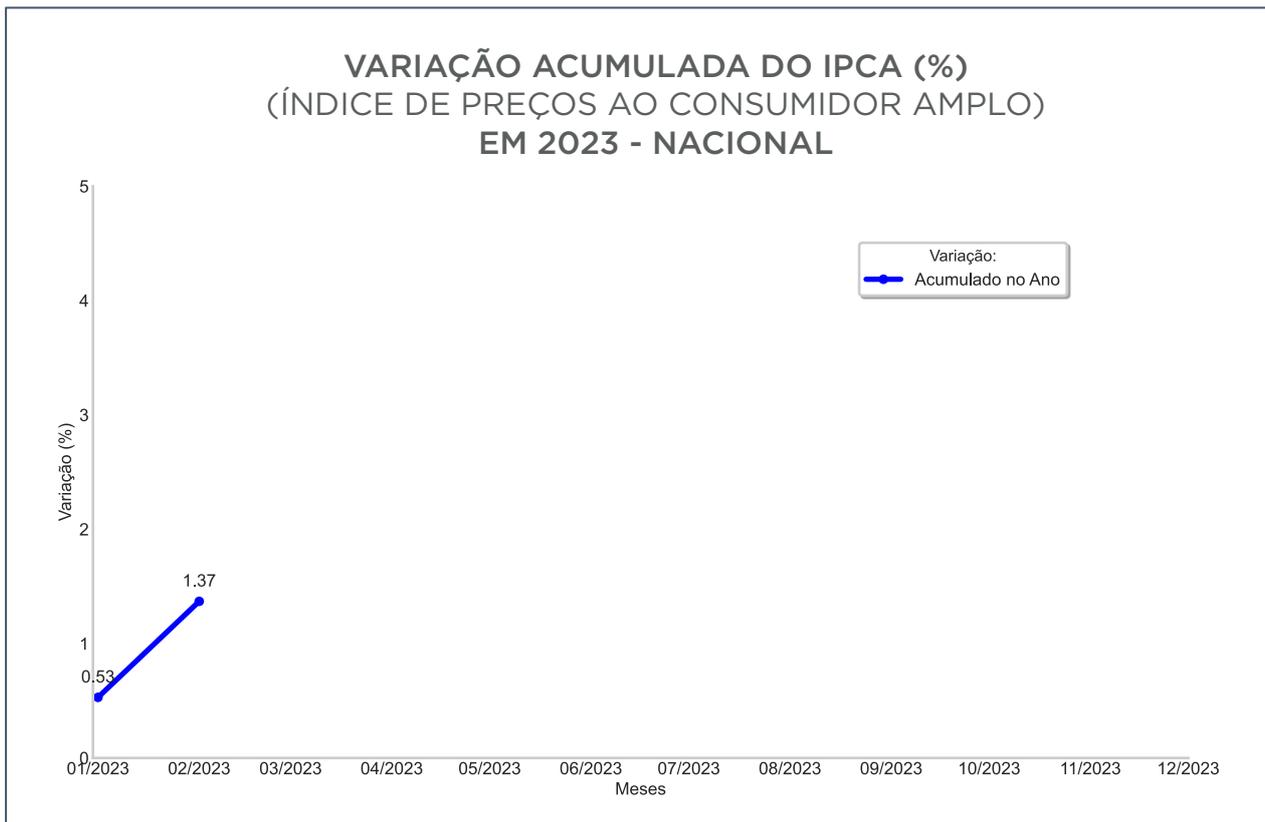
IPCA - ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO

O IPCA está relacionado ao processo de reposicionamento tarifário (reajuste ou revisão) dos serviços públicos regulados pela Agepar no que se refere ao manejo de resíduos sólidos, às travessias marítimas e aos serviços de saneamento, abastecimento de água e tratamento de esgoto. O índice tem por objetivo medir a inflação de um conjunto de produtos e serviços comercializados no varejo, referentes ao consumo pessoal das famílias com rendimentos mensais de 1 a 40 salários mínimos. Esta faixa de renda foi criada com o objetivo de garantir uma cobertura de 90% das famílias pertencentes às áreas urbanas de cobertura do SNIPC (Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor).

O IPCA de fevereiro teve alta de 0,84%, 0,31 ponto percentual (p.p.) acima da taxa de 0,53% registrada em janeiro. No ano, o IPCA acumula alta de 1,37% e, nos últimos 12 meses, de 5,60%, abaixo dos 5,77% observados nos 12 meses imediatamente anteriores. Em fevereiro de 2022, a variação havia sido de 1,01% segundo o IBGE.



Fonte IBGE: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplio.html?=&t=series-historicas>



Fonte IBGE:

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplio.html?=&t=series-historicas>



O IPCA de fevereiro teve **alta de 0,84%**, 0,31 ponto percentual (p.p.) acima da taxa de 0,53% registrada em janeiro. No ano, **o IPCA acumula alta de 1,37% e, nos últimos 12 meses**, de 5,60%, abaixo dos 5,77% observados nos 12 meses

IPCA - ÍNDICES REGIONAIS E DE CURITIBA

No que concerne aos índices regionais, **todas as áreas tiveram alta em fevereiro**. A maior variação foi em Curitiba (1,09%), onde o resultado foi puxado pelas altas dos cursos regulares (5,97%), da gasolina (3,37%) e da energia elétrica residencial (5,94%). Já a menor variação foi registrada em Rio Branco (0,44%), influenciada pela queda de 2,04% da energia elétrica residencial.

**ÍNDICES DO IPCA (ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO)
PARA DIFERENTES REGIÕES BRASILEIRAS - VARIAÇÃO
PERCENTUAL MENSAL (DEZEMBRO E JANEIRO DE 2023),
ACUMULADO NO ANO E NOS ÚLTIMOS 12 MESES
(MARÇO/2022 A MARÇO/2023)**

REGIÃO	Peso Regional (%)	Variação (%)		Variação acumulada (%)	
		Janeiro	Fevereiro	Ano	12 meses
Curitiba	8,09	-0,05	1,09	1,04	4,52
Recife	3,92	0,03	0,99	1,03	5,42
Grande Vitória	1,86	0,92	0,92	1,85	5,45
São Paulo	32,28	0,68	0,92	1,61	6,53
Aracaju	1,03	0,63	0,88	1,51	5,34
Belém	3,94	0,41	0,86	1,27	5,19
Goiânia	4,17	0,24	0,85	1,09	4,18
Belo Horizonte	9,96	0,82	0,81	1,64	4,39
Salvador	5,99	1,09	0,81	1,90	6,51
Porto Alegre	8,61	0,23	0,75	0,98	4,74
Fortaleza	3,23	0,86	0,73	1,60	5,86
Rio de Janeiro	9,46	0,43	0,65	1,09	5,76
São Luís	1,62	-0,01	0,65	0,64	4,81
Campo Grande	1,57	0,60	0,54	1,15	4,61
Brasília	4,06	0,33	0,48	0,81	5,61
Rio Branco	0,51	0,67	0,44	1,11	4,99
Brasil	100,00	0,53	0,84	1,37	5,60

Fonte IBGE:

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplio.html?=&t=destaques>

Dos nove grupos de produtos e serviços pesquisados, somente um teve queda em fevereiro. A maior contribuição para o resultado do mês, 0,26 ponto percentual (p.p.), veio de Habitação (1,92%), que havia tido aumento de 0,51% em janeiro. Na sequência, vieram Educação (4,75%) e Transportes (0,73%), com impacto de 0,24 e 0,18 p.p, respectivamente. Juntos, os três grupos responderam por cerca de 78% do IPCA de fevereiro. **A maior variação positiva no índice do mês também foi do grupo de Educação.** No mês, o grupo Vestuário registrou -0,04%, tendo pouco impacto no índice.

**GRUPOS E SERVIÇOS QUE COMPÕEM O IPCA - CURITIBA -
VARIÇÃO PERCENTUAL MENSAL
(JANEIRO E FEVEREIRO DE 2023),
ACUMULADO NO ANO E NOS ÚLTIMOS 12 MESES
(MARÇO/22 A FEVEREIRO/23)**

Grupos de produtos e serviços	Variação (%)			
	Janeiro	Fevereiro	Acumulado	
			No ano	Nos últimos 12 meses
Educação	0,50	4,75	5,28	6,35
Habitação	0,51	1,92	2,44	-4,12
Saúde e cuidados pessoais	0,06	1,67	1,72	12,86
Comunicação	1,70	0,90	2,62	0,01
Transportes	-1,08	0,73	-0,36	1,69
Despesas pessoais	1,17	0,51	1,68	6,82
Alimentação e bebidas	-0,18	0,49	0,31	8,95
Artigos de residência	0,32	0,39	0,72	4,22
Vestuário	-0,44	-0,04	-0,48	9,94

Fonte IBGE:

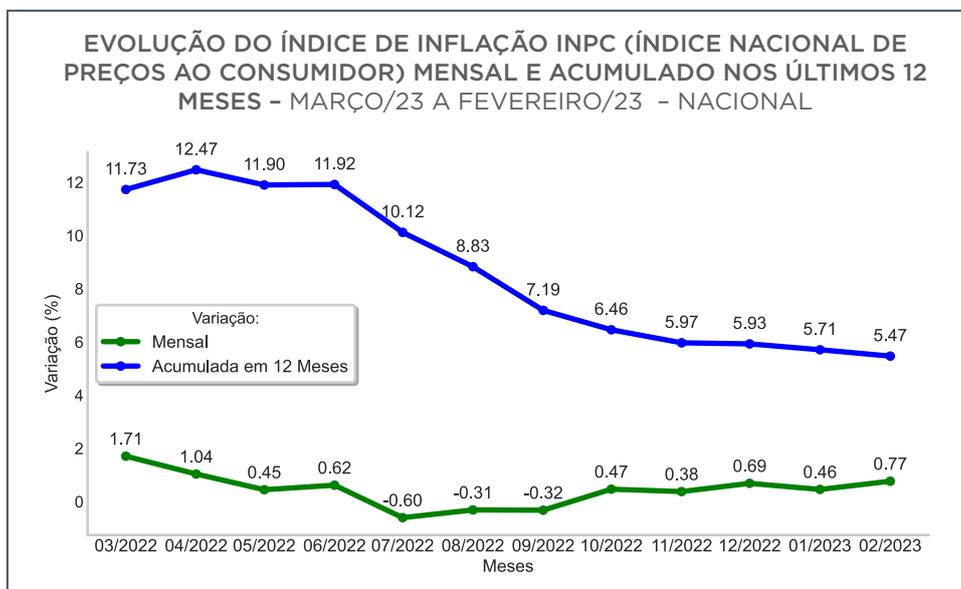
<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplio.html?=&t=destaques>



INPC - ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR

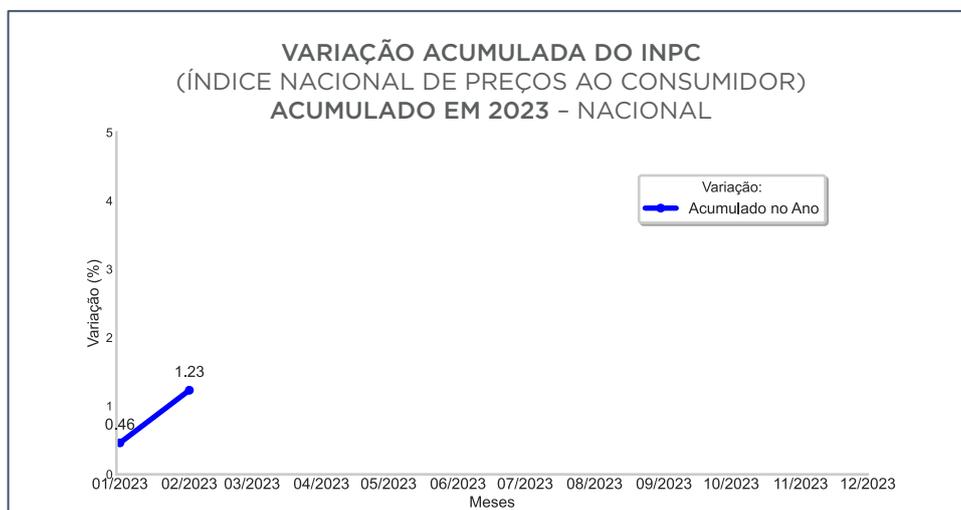
O Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC está relacionado ao processo de reposicionamento tarifário (reajuste ou revisão) dos serviços públicos regulados pela Agepar referentes ao transporte coletivo metropolitano e aos serviços de saneamento, abastecimento de água e tratamento de esgoto.

O INPC teve alta de 0,77% em fevereiro, acima do registrado no mês anterior (0,46%). No ano, o INPC acumula alta de 1,23% e, nos últimos 12 meses, de 5,47% abaixo dos 5,71% observados nos 12 meses imediatamente anteriores. Em fevereiro de 2022, a taxa foi de 1,00%, segundo o IBGE.



Fonte IBGE:

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9258-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor.html?=&t=series-historicas>



Fonte IBGE:

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9258-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor.html?=&t=series-historicas>

INPC - ÍNDICES REGIONAIS E CURITIBA

Quanto aos índices regionais, **todas as áreas tiveram variação positiva em fevereiro**. O menor resultado foi registrado em Brasília (0,34%), onde pesaram as quedas nos preços da gasolina (-2,43%) e das passagens aéreas (-10,06%). A maior variação, por sua vez, ocorreu em Curitiba (1,02%), puxada pelas altas de 6,22% da energia elétrica residencial e de 3,37% da gasolina.

**ÍNDICES DO INPC (ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR)
PARA DIFERENTES REGIONAIS BRASILEIRAS - VARIAÇÃO
PERCENTUAL MENSAL (JANEIRO E FEVEREIRO DE 2023),
ACUMULADO NO ANO E NOS ÚLTIMOS 12 MESES
(MARÇO/2022 A FEVEREIRO/2023)**

REGIÃO	Peso Regional (%)	Variação (%)		Variação acumulada (%)	
		Janeiro	Fevereiro	Ano	12 meses
Curitiba	7,37	0,02	1,02	1,04	3,93
Recife	5,60	-0,08	0,96	0,88	5,70
Belém	6,95	0,40	0,90	1,30	5,07
Grande Vitória	1,91	0,85	0,87	1,72	4,80
Aracaju	1,29	0,49	0,82	1,32	5,56
Salvador	7,92	0,95	0,81	1,77	6,99
São Paulo	24,60	0,54	0,80	1,35	6,60
Fortaleza	5,16	0,73	0,79	1,52	6,07
Porto Alegre	7,15	0,20	0,77	0,98	4,19
Belo Horizonte	10,35	0,87	0,73	1,61	4,29
Goiânia	4,43	0,29	0,73	1,02	4,79
São Luís	3,47	-0,04	0,66	0,63	5,45
Rio de Janeiro	9,38	0,37	0,52	0,88	5,44
Rio Branco	0,72	0,49	0,51	1,01	4,49
Campo Grande	1,73	0,64	0,48	1,13	4,38
Brasília	1,97	0,27	0,34	0,62	4,62
Brasil	100,00	0,46	0,77	1,23	5,47

Fonte IBGE:

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9258-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor.html?=&t=destaques>

Dos nove grupos de produtos e serviços pesquisados, todos tiveram aumento em fevereiro. A maior contribuição para o resultado do mês, 0,31 ponto percentual (p.p.), veio de Habitação (1,78%), que havia tido aumento de 0,78% em janeiro. Na sequência, vieram Saúde e Cuidados Pessoais (1,83%) e Transportes (0,77%), ambos com impacto de 0,18 p.p. Juntos, os três grupos responderam por cerca de 66% do INPC de fevereiro. A maior variação positiva no índice do mês também foi do grupo de Educação.

**GRUPOS E SERVIÇOS QUE COMPÕEM O INPC -
CURITIBA - VARIAÇÃO PERCENTUAL MENSAL
(JANEIRO E FEVEREIRO DE 2023), ACUMULADO NO ANO
E NOS ÚLTIMOS 12 MESES (MARÇO/22 A FEVEREIRO/23)**

Grupos de produtos e serviços	Variação (%)			
	Janeiro	Fevereiro	Acumulado	
			No ano	Nos últimos 12 meses
Educação	0,58	3,96	4,56	6,10
Saúde e cuidados pessoais	-0,16	1,83	1,67	13,21
Habitação	0,78	1,78	2,58	-4,09
Comunicação	1,68	0,86	2,56	-0,97
Transportes	-0,98	0,77	-0,21	0,31
Despesas pessoais	1,14	0,71	1,85	6,42
Alimentação e bebidas	-0,18	0,37	0,19	9,24
Artigos de residência	0,57	0,34	0,90	4,95
Vestuário	-0,53	0,03	-0,50	9,45

Fonte IBGE:

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9258-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor.html?=&t=destaques>

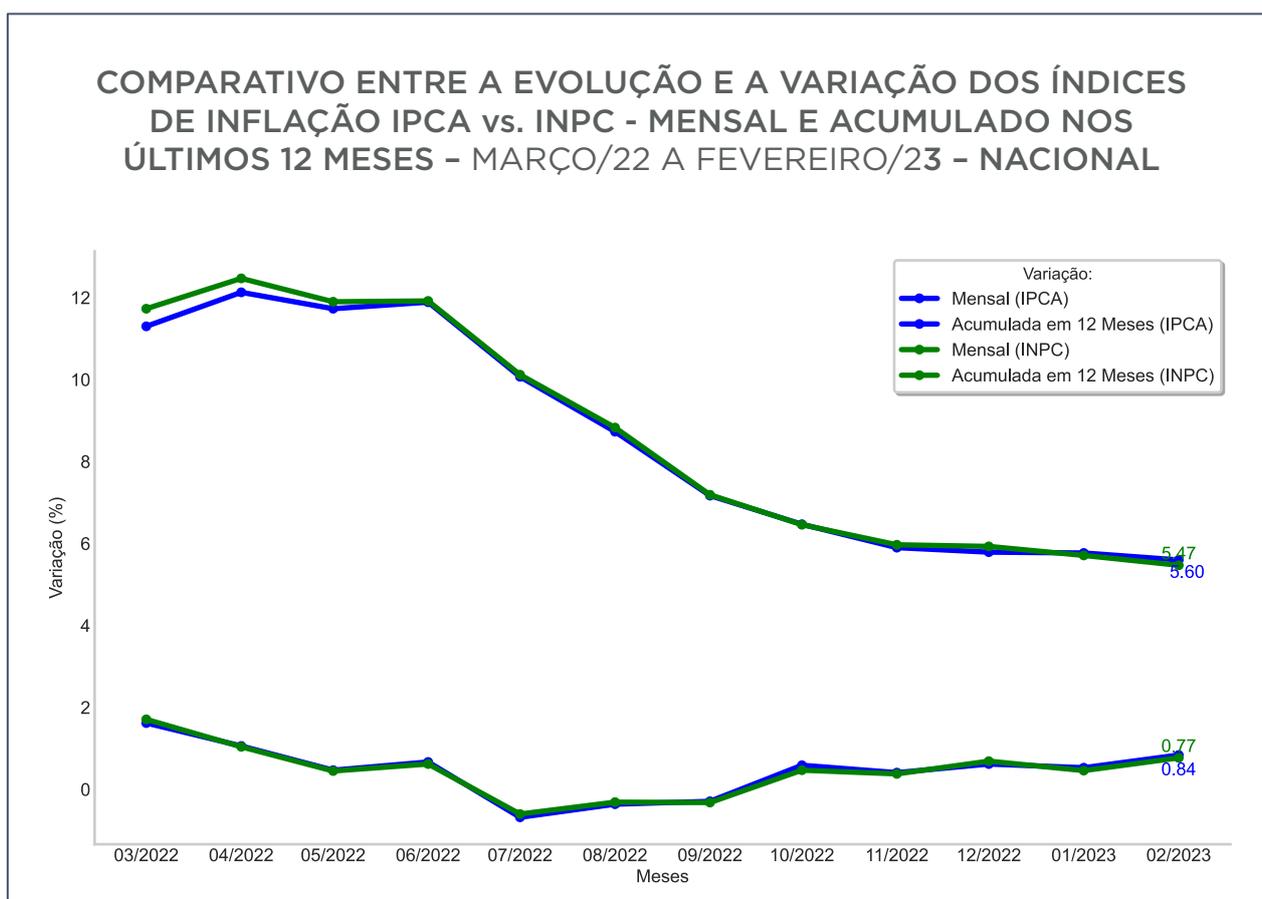


A maior contribuição para o resultado do mês, 0,31 ponto percentual (p.p.), veio de Habitação (1,78%), que havia tido aumento de 0,78% em janeiro. Na sequência, vieram Saúde e cuidados pessoais (1,83%) e Transportes (0,77%).

IPCA X INPC

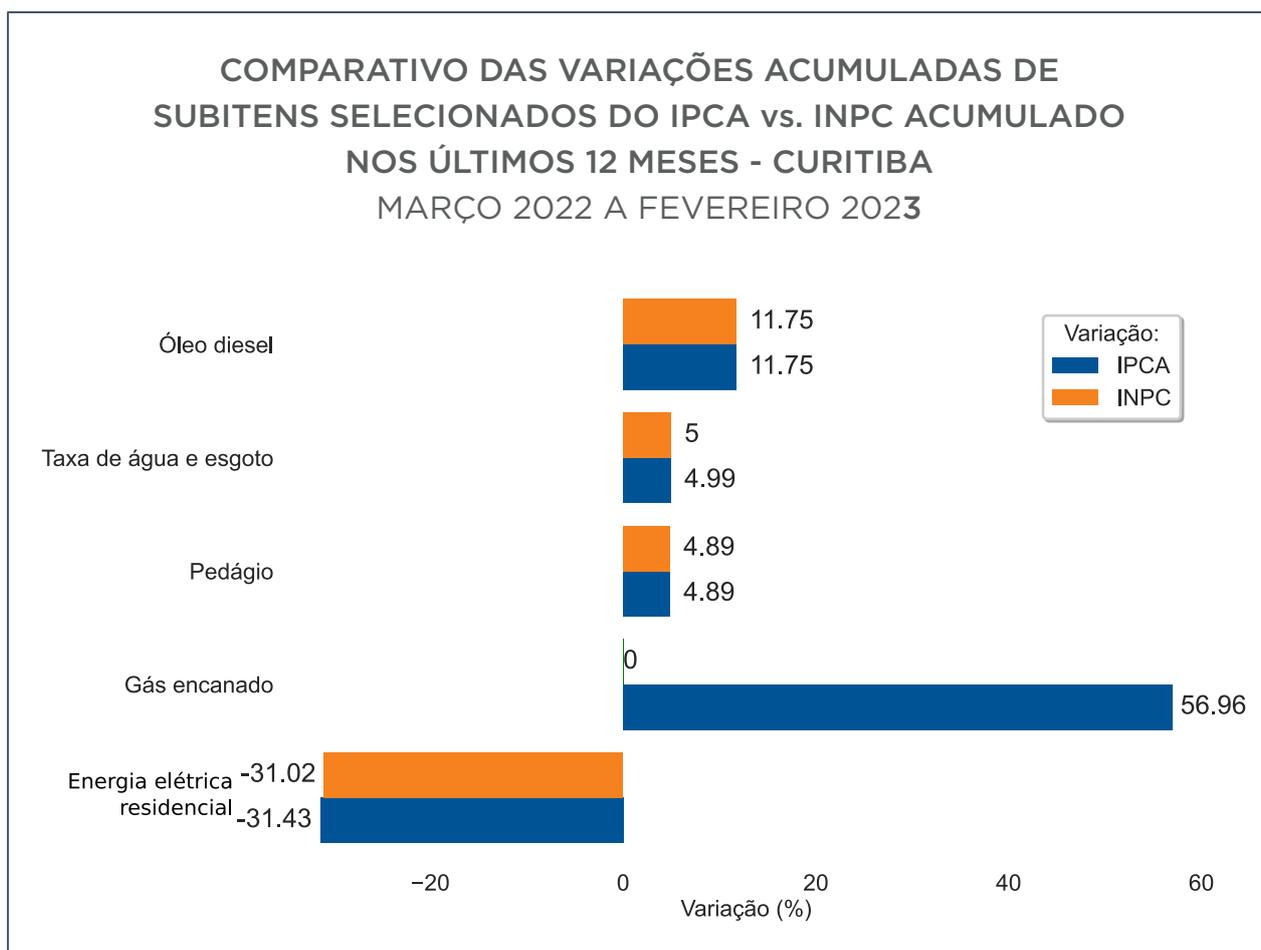
Os índices do IPCA e do INPC são formulados através da pesquisa de mais de 400 itens que fazem parte dos grupos: alimentação e bebidas, habitação, artigos de residência, vestuário, transportes, saúde e cuidados pessoais, despesas pessoais, educação e comunicação. O diferencial entre os índices está no rendimento familiar observado. O IPCA mede os preços de produtos e serviços cobrados das famílias com rendimentos mensais de 1 a 40 salários mínimos, enquanto o INPC mede para famílias com rendimentos mensais de 1 a 5 salários mínimos.

O INPC e IPCA acumularam 5,47% e 5,60% em 12 meses, respectivamente. No mês, a variação foi de 0,77% e 0,84%.



Fonte IBGE:
<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos.html>

No acumulado de 12 meses para Curitiba, a variação percentual de subitens selecionados, e relacionados com os serviços regulados, é igual em alguns índices, como ocorre com pedágio (4,89%), óleo diesel (11,75%). Contudo, em outros, há pequenas variações para a taxa de água e esgoto (4,99% para IPCA e 5,00% para INPC) e energia (-31,43% para IPCA e -31,02% para INPC). Por outro lado, o gás encanado representa um aumento de 56,96% no IPCA. Para o INPC, o gás encanado não foi aferido para a região de Curitiba.



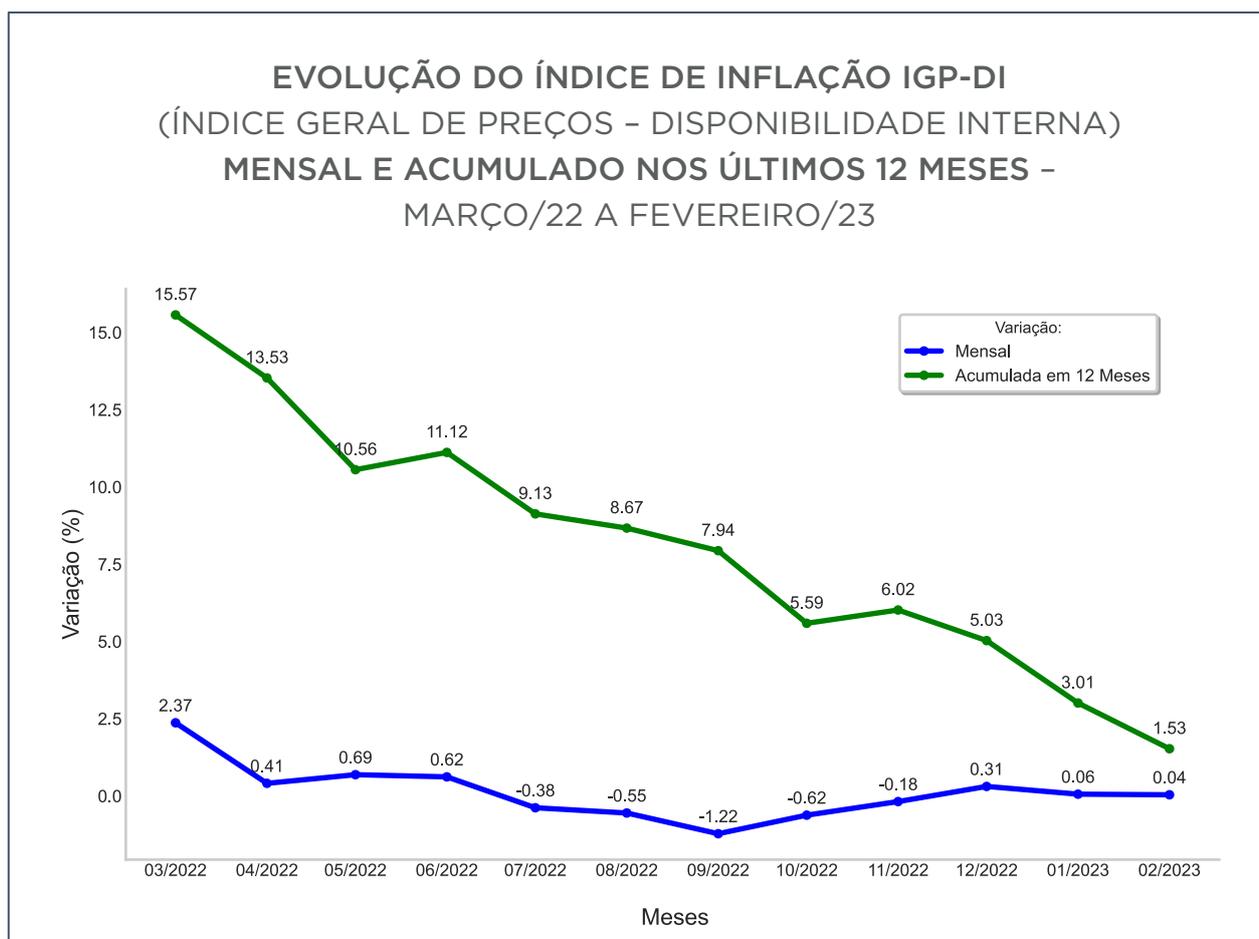
Fonte IBGE:
<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos.html>



IGP-DI - ÍNDICE GERAL DE PREÇOS - DISPONIBILIDADE INTERNA

O Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI) está relacionado ao processo de reposicionamento tarifário (reajuste ou revisão) do serviço público regulado pela Agepar referente ao serviço de distribuição de gás canalizado.

O Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI) variou 0,04% em fevereiro. No mês anterior, a taxa havia sido de 0,06%. Com este resultado, o índice acumula alta de 0,09% no ano e de 1,53% em 12 meses. Em fevereiro de 2022, o índice havia subido 1,50% e acumulava elevação de 15,35% em 12 meses, segundo o FGV IBRE.



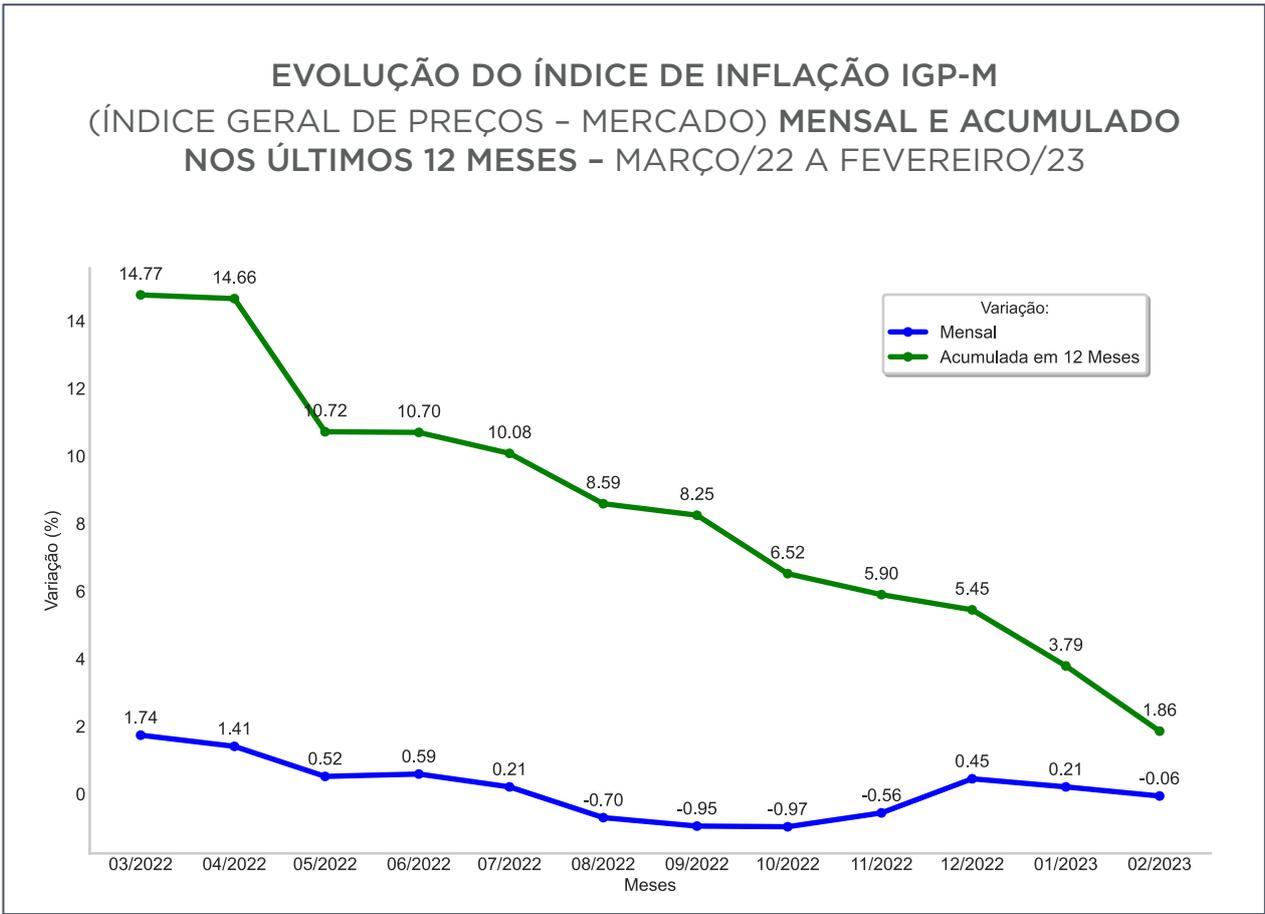
Fonte IBGE:

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplio.html?&t=series-historicas>

IGP-M - ÍNDICE GERAL DE PREÇOS - MERCADO

O Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M) está relacionado aos processos de reposicionamento (reajuste ou revisão) das tarifas reguladas pela Agepar nos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos, serviços de saneamento, abastecimento de água e tratamento de esgoto e serviços de distribuição de gás canalizado.

O IGP-M cai 0,06% em fevereiro, após alta de 0,21% no mês anterior. Com este resultado, o índice acumula alta de 0,15% no ano e de 1,86% em 12 meses. Em fevereiro de 2022, o índice variara 1,83% e acumulava alta de 16,12% em 12 meses, segundo o FGV IBRE.



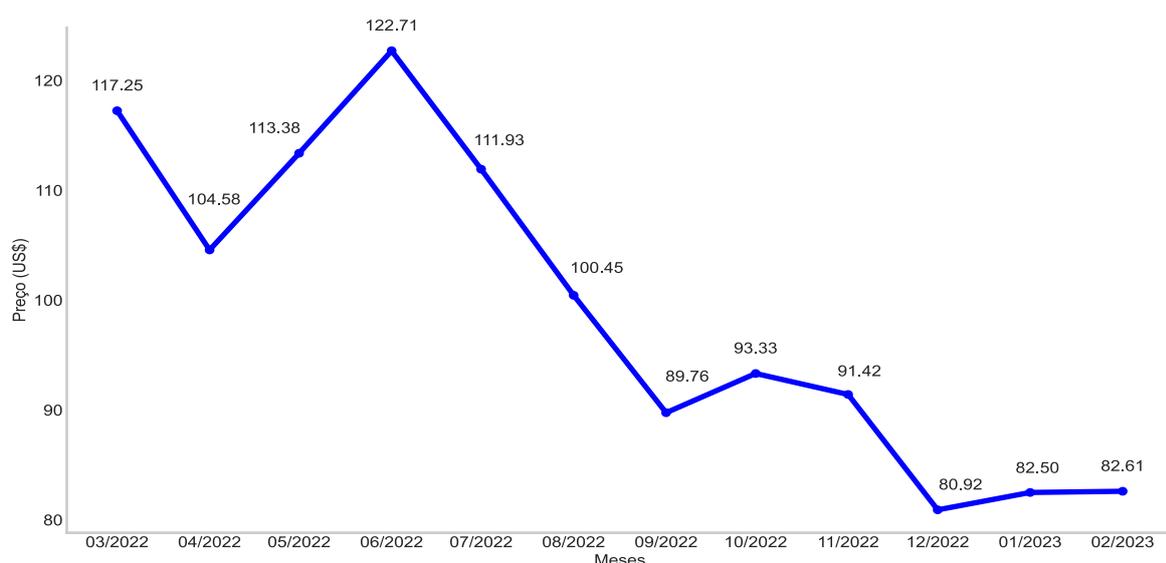
Fonte: <http://www.ipeadata.gov.br/ExibeSerie.aspx?serid=39616>

GÁS

O valor do petróleo - *Brent* (*) está relacionado à parcela do gás e influencia no valor total do serviços de distribuição de gás canalizado.

Segundo previsão da EIA (**), espera-se que o preço spot do petróleo Brent caia de uma média de US\$ 84 por barril(b) no segundo trimestre de 2023 (2T23) para US\$ 81/b no 4T23 e, em seguida, uma média de US\$ 78/b em 2024. Além disso, há expectativa para que os estoques globais de petróleo cresçam ao longo do período de previsão. Espera-se que a alta demanda por petróleo bruto das refinarias devido às margens de refino elevadas limite a pressão descendente sobre os preços do petróleo bruto até o 2T23, pois as refinarias mantêm altos níveis de insumos de petróleo bruto para maximizar a produção de combustível destilado. A Rússia foi um importante fornecedor de combustível destilado para a Europa, e as mudanças nos fluxos comerciais de destilados conforme a Europa reduziu as importações de destilado da Rússia nos últimos meses mantiveram as margens de combustível destilado bem acima das médias de cinco anos. No entanto, o Instituto prevê que o aumento dos estoques globais de petróleo contribuirá para a queda dos preços do petróleo bruto a partir do 3T23.

EVOLUÇÃO DO PREÇO POR BARRIL DO PETRÓLEO BRUTO TIPO BRENT - EM US\$ FOB



Fonte IBGE:

<http://www.ipeadata.gov.br/ExibeSerie.aspx?serid=1650971490>

* Produzido no Mar do Norte (Europa), *Brent* é uma classe de petróleo bruto que serve como *benchmark* para o preço internacional de diferentes tipos de petróleo. Neste caso, é valorado no chamado preço FOB (*free on board*), que não inclui despesa de frete e seguro no preço.

** A *Energy Information Administration* (EIA) é a agência de estatísticas do Departamento de Energia do governo dos Estados Unidos. Ela fornece dados independentes de políticas, previsões e análises para promover a formulação de políticas sólidas, mercados eficientes e compreensão pública em relação à energia e sua interação com a economia e o meio ambiente.

DIESEL

O óleo diesel é uma das frações derivadas do refinamento do petróleo. A principal aplicação do óleo diesel é como combustível de motores de combustão interna e ignição por compressão (motores de ciclo diesel) em automóveis pesados, tais como caminhões, ônibus, tratores, furgões, locomotivas, automóveis de passeio, máquinas de grande porte e embarcações.

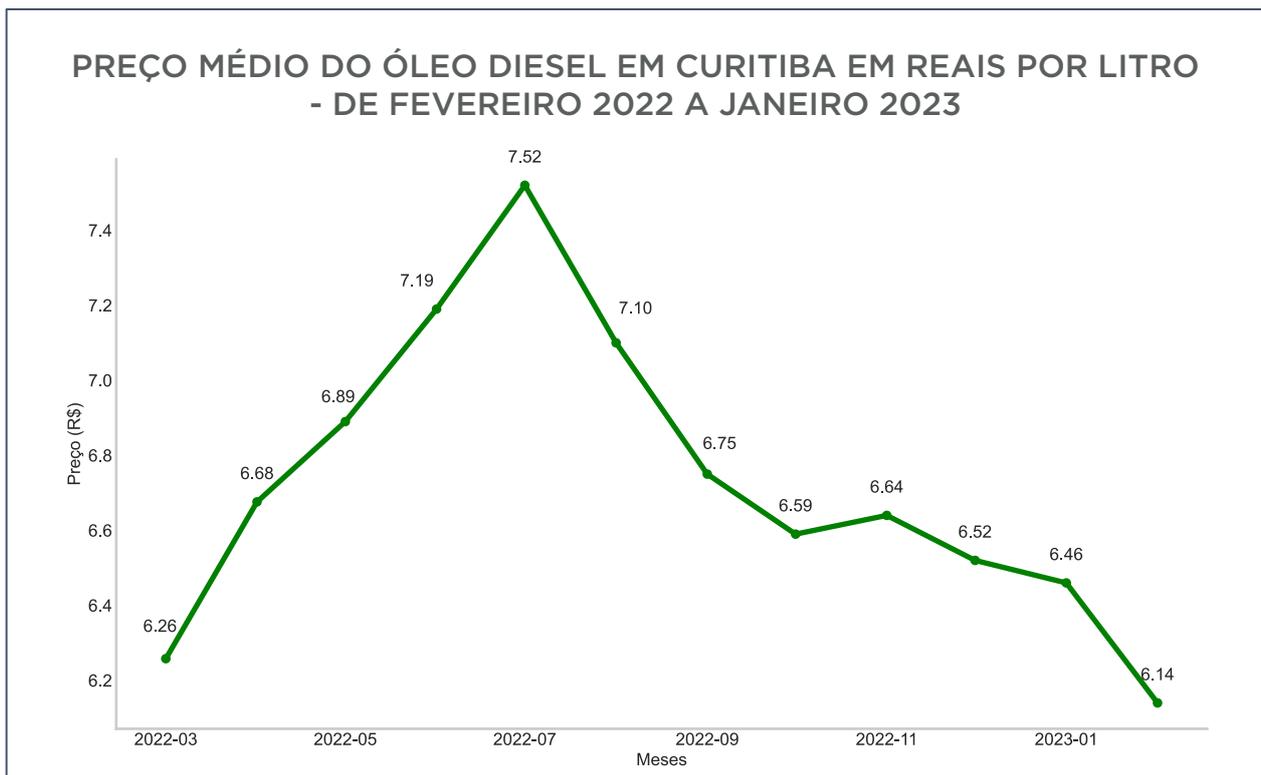
DIESEL S10

Ônibus, trens, transportes marítimos e máquinas agrícolas usam o óleo diesel, que tem um desempenho muito superior a outros produtos e, por isso, é mais procurado. Existem vários tipos de óleo diesel, mas dois deles são mais populares e mais acessíveis no mercado: o Diesel comum, também chamado de S500, e o Diesel S10. O Diesel S10 se refere ao combustível com 10 partes de enxofre por milhão, isso aumenta a potência do produto.

A tabela mostra a variação no preço do diesel, em diferentes municípios brasileiros. Os dados foram coletados da ANP – Agência de Petróleo Nacional, com base nos meses de janeiro, fevereiro e março. A partir disso, foi feita uma média para entender a diferença do preço médio do diesel S10 nos distintos municípios.

PREÇO DIESEL S10						
CAPITAIS	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	MÉDIA 3 MESES		
RIO BRANCO	R\$ 7,50	R\$ 7,49	R\$ 7,25	R\$ 7,05		
SALVADOR	R\$ 7,13	R\$ 6,40	R\$ 6,64	R\$ 6,47		
FORTALEZA	R\$ 7,08	R\$ 6,88	R\$ 6,68	R\$ 6,45		
BELEM	R\$ 7,09	R\$ 7,00	R\$ 6,92	R\$ 6,45		
VITORIA	R\$ 6,74	R\$ 6,58	R\$ 6,47	R\$ 6,37		
SAO PAULO	R\$ 6,63	R\$ 6,51	R\$ 6,49	R\$ 6,23		
BRASILIA	R\$ 6,81	R\$ 6,64	R\$ 6,56	R\$ 6,20		
CAMPO GRANDE	R\$ 6,54	R\$ 6,36	R\$ 6,39	R\$ 6,19		
CURITIBA	R\$ 6,64	R\$ 6,52	R\$ 6,46	R\$ 6,14		
RIO DE JANEIRO	R\$ 6,57	R\$ 6,43	R\$ 6,31	R\$ 6,08		
PORTO ALEGRE	R\$ 6,43	R\$ 6,34	R\$ 6,27	R\$ 6,05		
RECIFE	R\$ 6,59	R\$ 6,49	R\$ 6,26	R\$ 6,03		
ARACAJU	R\$ 6,86	R\$ 6,56	R\$ 6,46	R\$ 5,99		
GOIANIA	R\$ 6,77	R\$ 6,43	R\$ 6,26	R\$ 5,97		
BELO HORIZONTE	R\$ 6,59	R\$ 6,42	R\$ 6,23	R\$ 5,92		
SAO LUIS	R\$ 6,75	R\$ 6,59	R\$ 6,25	R\$ 5,86		

Fonte: ANP Agência Nacional do Petróleo (série histórica)



Fonte: ANP Agência Nacional do Petróleo (série histórica)

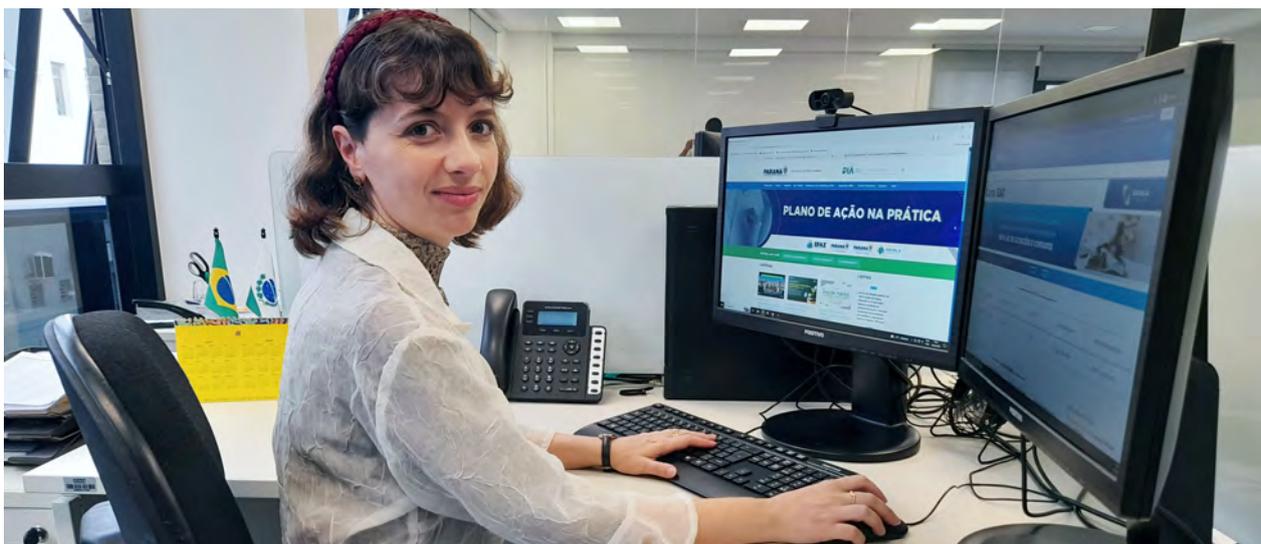
PREÇO MÉDIO DE REVENDA EM REAIS (R\$) DO ÓLEO DIESEL S10 POR LITRO - VARIAÇÃO SEMANAL, DE 4 SEMANAS E DE 12 SEMANAS POR REGIÃO - COLETA DE DADOS DE 26/02/2023 A 04/03/2023

PRODUTO	REGIÃO	PREÇO (R\$) DE REVENDA - SEMANA 26/02/2023 A 04/03/2023			
		PREÇO MÉDIO (R\$/L)	SEMANAL	VARIAÇÃO	
				ACUMULADO	
				MÊS	6 MESES
ÓLEO DIESEL S10	NORTE	R\$ 6,49	-0,80%	-4,30%	-13,00%
	CENTRO OESTE	R\$ 6,17	-0,10%	-4,50%	-13,60%
	NORDESTE	R\$ 6,06	-0,70%	-7,40%	-15,70%
	SUDESTE	R\$ 6,02	-0,20%	-5,40%	-15,70%
	SUL	R\$ 5,97	-0,20%	-5,70%	-14,40%
	MÉDIA NACIONAL	R\$ 6,14	-0,40%	-5,42%	-14,47%

Fonte: <https://www.gov.br/anp/pt-br>

Na tabela, o preço médio do diesel por região do Brasil para a semana do dia 26/02 ao dia 04/03 foi de R\$ 6,14/litro, com variação negativa de -0,4% em relação à semana anterior. Durante o mês, todas as regiões analisadas acumularam queda. Em seis meses, o resultado acumulado também é de queda para as todas as regiões e, na semana de referência, a variação média registrada foi -14,47%.

Foto: Ana Carolina Bendlin



Servidora da Agepar é uma das recordistas em certificações pela Escola de Gestão do Paraná

Para quem gosta de estudar e se atualizar, sempre há tempo na agenda. Auxiliar de Regulação da Agepar, Mayara Leonardi Gonçalves foi uma das recordistas em certificações pela Escola de Gestão do Paraná no ano passado, tendo concluído 20 cursos ofertados por essa divisão da Secretaria da Administração e da Previdência.

Servidora efetiva da Agência, Mayara diz que a diversidade de cursos facilita muito o dia a dia no trabalho. **“É importante essa busca em oferecer cursos que atendam às necessidades dos servidores, conforme existam mudanças em legislações, por exemplo. No ano passado fiz curso sobre a nova lei de licitações, mas também aproveitei formações em temas gerais, como saúde mental”**, conta.

Atualmente, são mais de 96 mil usuários cadastrados na plataforma da Escola de Gestão e, no ano passado, foram 34.700 certificados emitidos pela Escola. Esse número cresce desde 2019, quando houve uma reestruturação na plataforma dos cursos e foram firmadas parcerias entre a Escola e os órgãos estaduais. Entre 2019 e 2022 foram 87.377 certificados emitidos, um aumento de 249% se compararmos com os cursos concluídos entre 2016 e 2018.

Os cursos oferecidos são, em sua maioria, no modelo de Educação à Distância, mas existem também opções presenciais. Todas as informações podem ser encontradas no *site*: www.administracao.pr.gov.br/Escola-de-Gestao.

Abertura do Ciclo de Capacitação marca inauguração oficial do Auditório da Agepar

Por ocasião da inauguração oficial do Auditório da Agepar, no dia 1º de março, a Agência recebeu a equipe da Escola de Gestão do Paraná para uma exposição sobre o trabalho que a EGP vem desenvolvendo em todo o Estado.

O encontro também marcou o início do Ciclo de Capacitação 2023 e contou com abertura de Reinhold Stephanes, Diretor-presidente da Agepar, que exaltou a importância da constante qualificação dos servidores da Agência.

Durante a palestra, a Diretora da EGP Aline Albano Justus e o Técnico Pedagógico Fernando Fisco ainda apresentaram o catálogo de cursos disponíveis por meio da Escola e fizeram uma breve homenagem a Mayara Leonardi Gonçalves, Auxiliar de Regulação da Agepar.

A servidora da Agência foi uma das recordistas em certificações pela Escola de Gestão do Paraná no ano passado, tendo concluído 20 cursos ofertados por essa divisão da Secretaria da Administração e da Previdência.

Também estiveram presentes no evento os diretores da Agepar Antenor Demeterco Neto (Diretoria de Fiscalização e Qualidade dos Serviços) e Bráulio Cesco Fleury (Diretoria de Normas de Regulamentação), além de Daniela Janaína Pereira Miranda, que ocupava o cargo de Diretora Administrativa Financeira até aquela data.



Foto: Ana Carolina Bendlin



consulta pública

número 2



Serão analisadas somente as contribuições recebidas entre **15 a 30 de março 2023**



Clique no banner Consulta Pública nº 1/2023 no site da Agepar (www.agepar.pr.gov.br)

Notas Técnicas com as Metodologias da Temática n.º 4 da 2ª Fase da 2ª Revisão Tarifária Periódica (RTP) da SANEPAR

Receita Verificada; Receita Requerida; Ajustes Compensatórios; Desequilíbrios Econômicos; Modelo Financeiro Geral; e Aspectos complementares da metodologia BAR

Aproximando-se da etapa final da 2ª Revisão Tarifária Periódica (RTP) da Sanepar, abriu, no dia 15 de março, a quarta e última consulta pública prevista para ser realizada ao longo deste trabalho. Desta vez, a temática está relacionada a questões referentes à receita da companhia, incluindo Base de Ativos Regulatória (BAR), Quota de Depreciação Regulatória, Receita Verificada, Receita Requerida, entre outros.

“O que está sendo apresentado à população nesta consulta pública são Notas Técnicas referentes ao aprimoramento da metodologia da BAR, as metodologias de definição da receita requerida e verificada, dos ajustes compensatórios e do modelo financeiro geral para se chegar ao valor final da tarifa”, explica Christian Luiz da Silva, chefe da Coordenadoria de Saneamento Básico da Agepar. Os documentos, elaborados pela equipe técnica da Agência, estarão disponíveis para consulta no site da Agepar, junto com o formulário online para envio de contribuições, no link: <https://www.agepar.pr.gov.br/Pagina/Consultas-Publicas>.



Servidores da Agepar participam de treinamento de formação para brigada de incêndio

No último dia 9 de março, teve início o treinamento de formação da Brigada de Incêndio para os servidores da Agepar. Esta foi a primeira etapa do curso, ministrado pela empresa LifeSeg, que contará com quatro módulos no total, incluindo uma aula prática ao final.

A brigada de incêndio da Agepar é composta por um grupo de servidores voluntários, que serão capacitados para atuar na prevenção e no combate ao princípio de incêndio, além de atendimento de primeiros socorros em casos de emergência.

O conteúdo do curso aborda temas como conceitos básicos, informações sobre o perfil do brigadista, as leis que regem a obrigação do curso, combate a incêndio, atendimento pré-hospitalar, entre outros.

Ao todo, 12 servidores se voluntariaram para participar da brigada de incêndio. São eles: Caroline Niehues Zardo Pelandre (DNR); Daniel Romero Menon (DAF); Elisson Caio Pezenti da Silva (DFQS); Flávio Rafael Lachowski (DFQS); Gilberto Partos Luca Lopes Junior (ATII); Magda Demartini Silva (DNR); Marcelo Zawadzki Bueno (DFQS); Raphael Gomes Brasil (DRE); Ricardo Marcassa Ribeiro da Silva (GAB); Silmara Silva de Araújo (GAB); Thiago Petchak Gomes (DRE); e Wanciel Batista Galvão (DAF).

Até o final do treinamento, os servidores estarão capacitados para coordenar as ações com conhecimento técnico que uma eventual emergência exige. **“Estou achando o curso muito interessante, pois traz conhecimentos que são essenciais para todas as pessoas que trabalham em um ambiente corporativo, estou ansioso pela aula prática”**, diz Ricardo, Assessor Especial do Gabinete.

Foto: Ana Carolina Bendlin



Além de proporcionar conhecimento e noções fundamentais de segurança para os servidores, esta oportunidade de aprimoramento visa o alinhamento e compromisso da Agência com a Lei Federal nº 13.425/17, que estabelece diretrizes gerais sobre medidas de prevenção e combate a incêndio e a desastres em estabelecimentos, edificações e áreas de reunião de público.

Agepar lança campanha de conscientização para usuários da travessia da Ilha do Mel



NÃO USE

**EMBARCAÇÃO
IRREGULAR!**

Cuidado com abordagens no caminho até o terminal, oferecendo embarque em local impróprio e até transporte irregular

Com a proximidade da temporada de verão, a Agepar lançou, neste mês de novembro, uma campanha de conscientização para os usuários da travessia da Ilha do Mel, com embarque em Pontal do Paraná. A ação traz orientações para utilização deste serviço público, com o objetivo de garantir a segurança e integridade física dos turistas durante o percurso, em barcas ou táxis náuticos.

Entre as recomendações, estão a compra de bilhetes em pontos de venda autorizados, embarque somente no Terminal Aquaviário Público e utilização apenas de embarcações habilitadas. Essas medidas evitam que os turistas tenham imprevistos ou transtornos durante a travessia, pois servem como garantia de que as embarcações utilizadas estão de acordo com todas as normas de segurança estabelecidas pela Capitania dos Portos, como limite permitido de passageiros e quantidade suficiente de coletes salva-vidas.

A utilização de transporte com permissão para operar diminui o risco de acidentes no percurso, assim como as chances de interceptações por agentes de fiscalização durante a travessia. As embarcações autorizadas são aquelas que participaram de chamamento da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística (SEIL/PR) ou que assinaram Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TCAC) com a Agepar. A lista completa das embarcações autorizadas está disponível no site da Agência, no link:

www.agepar.pr.gov.br/Pagina/Travessias-maritimas-Ilha-do-Mel.

Além disso, comprando o bilhete nos pontos de venda autorizados, o turista está assegurado pelo seguro de viagem obrigatório, além de contribuir com melhorias no próprio serviço e também no Terminal Aquaviário Público. Atualmente, apenas a Associação de Barqueiros do Litoral Norte do Paraná (Abaline) tem permissão para comercialização dos bilhetes. Considerando as recentes denúncias de irregularidades na venda de bilhetes, a compra em pontos de vendas autorizados se torna ainda mais importante para evitar o estímulo a esse tipo de ocorrência.

Com realização da Agepar, a campanha ainda conta com o apoio do Governo do Estado, SEIL/PR, SESP/PR, Sedest/PR, IAT, PM-PR, PC-PR, Corpo de Bombeiros, Prefeitura de Pontal do Paraná e Prefeitura de Paranaguá. Confira abaixo mais algumas orientações para utilização do serviço:



PM-PR



PC-PR



CCB



**PREFEITURA DE
PARANAGUÁ**
CIDADE MÃE DO PARANÁ



**Pontal
do Paraná**
governo municipal



1

BILHETE

Compre somente
no Terminal
Aquaviário
Público
ou no site da
Abaline



Adquirindo as passagens nos pontos de venda autorizados, o turista tem a garantia de que está viajando em embarcações habilitadas para operar o serviço público e que estão de acordo com todas as normas de segurança exigidas. Isso também garante que o turista esteja assegurado pelo seguro de viagem obrigatório, cujo valor está embutido no preço da passagem.

Além disso, o usuário ainda colabora com melhorias no próprio serviço e também no Terminal Aquaviário Público, pois todos os valores previstos no preço da passagem têm a destinação correta. Os locais de venda autorizados são a bilheteria oficial do Terminal Aquaviário Público e o site da Abaline (<https://vendasonline.abaline.com.br/>), além de outros pontos disponibilizados pela empresa.

2

EMBARQUE

Utilize somente o
Terminal Público e
embarcações
autorizadas,
listadas
no site da Agepar



O Terminal Aquaviário Público é o único ponto que disponibiliza embarcações autorizadas e habilitadas para embarque em Pontal do Paraná. Embarcando em outros locais, considerados impróprios, o turista pode acabar utilizando embarcações irregulares, que estão sujeitas a sanções, inclusive interceptação por agentes de fiscalização durante o trajeto.

Embarcações autorizadas e habilitadas são aquelas que participaram de chamamento público da SEIL/PR ou que assinaram Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta

(TCAC) com a Agepar. Caso o embarque esteja ocorrendo em terminais impróprios, mesmo que as embarcações estejam autorizadas, isso também caracteriza uma irregularidade, que deve ser denunciada para que a empresa em questão seja notificada.

3

PULSEIRA

Certifique-se de utilizar a pulseira adquirida nos pontos de venda da Abaline, junto com o bilhete



A pulseira de identificação adquirida junto com o bilhete, no Terminal Aquaviário Público ou em outros locais disponibilizados pela Abaline, serve como comprovação de que o viajante comprou a passagem nos pontos de venda autorizados e está utilizando uma embarcação habilitada para operar. O acessório deve ser usado tanto no Terminal Aquaviário Público quanto na travessia propriamente dita.

Além disso, auxilia no controle de entrada de turistas na Ilha do Mel, para que o limite diário de 5 mil visitantes não seja excedido. Se a compra

da passagem tiver sido efetuada pelo site da Abaline, o usuário receberá um voucher online, que deve ser validado ao chegar ao Terminal Aquaviário Público, trocando-o pelo bilhete impresso e pela pulseira de identificação.

4

SEGURANÇA

Confira se a embarcação utilizada atende as normas de segurança



Ao utilizar transporte autorizado e habilitado, o usuário tem a garantia de que está viajando em embarcações que obedecem às normas de segurança exigidas para a travessia, como limite máximo de passageiros e quantidade suficiente de coletes salva-vidas.

Embarcações que não estejam de acordo com as normas de segurança estabelecidas pela Capitania dos Portos podem estar mais sujeitas a acidentes e até ser interceptadas por agentes de fiscalização durante o trajeto.

■ Cuidado com abordagens no caminho até o terminal, oferecendo embarque em local impróprio e até transporte irregular

Alguns estacionamentos no entorno do Terminal Aquaviário Público oferecem o serviço de travessia de passageiros, porém, com embarcações irregulares, que não possuem autorização nem são habilitadas, e que saem de local impróprio. Portanto, orienta-se que o usuário não ceda a abordagens realizadas no caminho até o terminal, efetuando a compra dos bilhetes somente nos pontos de venda autorizados e embarcando somente no Terminal Aquaviário Público.

Caso seja possível, recomenda-se a compra antecipada pela internet, por meio do site da Abaline. Assim, o usuário não corre o risco de acabar adquirindo os bilhetes em pontos de venda não autorizados, reduzindo-se o risco de ser abordado e/ou coagido a utilizar embarcações irregulares.

■ Se encontrar irregularidades, denuncie!

Caso o usuário do serviço perceba alguma irregularidade no processo de aquisição compra do bilhete, durante a travessia ou no momento do embarque/desembarque, a situação deve ser denunciada pelos seguintes canais:



Ouvidoria Agepar
0800-6442013



Ouvidoria SEIL/PR
(41) 99960-0661



Pontal do Paraná
(41) 99245-1928



Foto: Ana Carolina Bendlin



Doações de servidores da Agepar são entregues a projeto voltado à causa animal

Servidores da Agepar estiveram na DM Clínica Veterinária, no Alto da XV, no dia 13 de março, para entregar doações de tampas de garrafa pet e lacres de latas de alumínio para a causa animal.

A clínica é um dos postos de coleta do projeto Tampinha do Bem Curitiba, instituição sem fins lucrativos que utiliza recursos obtidos com a venda desses itens para custear castrações de animais abandonados.

A ação começou por iniciativa da servidora Paula Kastrup Carneiro Bond, Agente de Controle Interno da Agepar, que também participou da entrega.

Ainda estiveram presentes na entrega das doações o chefe de gabinete Marcos Teodoro Scheremeta e as servidoras Amanda Vanzella Gonçalves e Ana Carolina Bendlin.





Novo diretor da Agepar toma posse e assume compromisso com usuários dos serviços regulados

Foto: Ana Carolina Bendlin

Marcelo Luiz Curado é novo Diretor Administrativo Financeiro da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Paraná (Agepar). O economista tomou posse neste mês de março, após passar por sabatina na Assembleia Legislativa do Paraná (Alep), etapa protocolar do processo de nomeação dos diretores da Agência. Além de ocupar o cargo de Diretor, Curado também fará parte do Conselho Diretor da Agepar, órgão colegiado de caráter deliberativo, assim como os demais diretores da Agência.

O novo diretor chega à Agepar, portanto, com duas importantes missões. **“Como Diretor Administrativo Financeiro, o grande desafio que vejo não é na área orçamentária ou financeira, porque isso está muito bem equacionado com a Taxa de Regulação. A meu ver, a prioridade neste momento é uma questão estratégica, que é a qualificação dos seus servidores, pois a Agência trata de temas muito específicos, com um grau de complexidade muito grande”**, destaca o economista.

Por outro lado, como conselheiro, a principal contribuição de Curado será no âmbito da regulação. **“Acredito que posso auxiliar muito nas discussões regulatórias devido à minha formação como economista e também às experiências profissionais que já tive ao longo da minha carreira, como na época em que atuei na Casa Civil. Portanto, minha expectativa é poder contribuir para que as decisões tomadas pelo Conselho sejam mais técnicas, aumentando o grau de eficiência nas análises. Porque, no fim das contas, o objetivo final é que o cidadão receba o melhor serviço possível”**, ressalta.

Além de Curado, fazem parte do Conselho Diretor da Agepar Reinhold Stephanes (Diretor-presidente), Maiquel Guilherme Zimann (Diretor de Regulação Econômica), Antenor Demeterco Neto (Diretor de Fiscalização e Qualidade dos Serviços) e Bráulio Cesco Fleury (Diretor de Normas e Regulamentação).

■ Trajetória profissional

Mestre em em Desenvolvimento Econômico pela UPFR e doutor em Política Econômica pela Unicamp, Curado é professor titular da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e está cedido ao Governo do Estado. Antes de assumir como Diretor e conselheiro da Agepar, Curado atuava como Diretor-Presidente do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes). Também foi secretário executivo do Conselho de Controle das Empresas Estaduais na Casa Civil e pesquisador visitante do IPEA nos programas Cátedras para o Desenvolvimento (2011/12) e Desafios da Nação (2017).



Representantes da Agepar se reúnem com Marinha do Brasil para estreitar relacionamento

Na última terça-feira (14), servidores da Diretoria da Presidência da Agepar estiveram presentes em reunião para estreitar o relacionamento com a Marinha do Brasil, por meio da Capitania dos Portos do Paraná.

A comitiva da Agepar foi recepcionada pelo Sr. CMG Anderson Brito de Melo, Capitão dos Portos do Paraná, além de seu Imediato CF Couto e do CC (RMI-T) Kascharowski, assessor do Departamento de Segurança do Tráfego Aquaviário (DSTA).

Representando a Agência, estiveram presentes Marcos Teodoro Scheremeta (Chefe de Gabinete), Ricardo Marcassa Ribeiro da Silva (Assessor Especial), Marco Antonio Ramos (Assessor Técnico) e Amanda Vanzella Gonçalves (Assessora da Diretoria da Presidência).

Na ocasião, foram tratados temas institucionais referentes às competências de ambas as instituições.

Foto: Ana Carolina Bendlin



A Agepar é participante do Programa Nacional de Prevenção à Corrupção - PNPC, promovido pelo Tribunal de Contas da União.

O PNPC visa aprimorar os mecanismos de controle e minorar as eventuais fragilidades organizacionais que oportunizem a fraude e a corrupção.



CONSULTA PÚBLICA N.º 2/2023

Está em andamento a Consulta Pública n.º 2/2023, pelo período de 15 dias, para envio de contribuições, críticas e sugestões a respeito da a Temática n.º 4, relativa à 2ª Fase da 2ª Revisão Tarifária Periódica dos serviços de saneamento básico de água e esgoto prestados pela Sanepar.



Foram disponibilizadas as Notas Técnicas:

- a) Nota Técnica n.º 1/2023 DRE/CSB, que versa sobre a proposta de metodologia de receita verificada;
- b) Nota Técnica n.º 2/2023 DRE/CSB, que trata da metodologia de receita requerida;
- c) Nota Técnica n.º 3/2023 DRE/CSB, que versa sobre a metodologia de ajustes compensatórios;
- d) Nota Técnica n.º 4/2023 DRE/CSB, sobre a metodologia de desequilíbrios econômicos e financeiros;
- e) Nota Técnica n.º 5/2023 DRE/CSB, que trata da metodologia financeira geral de definição tarifária;
- f) Nota Técnica n.º 6/2023 DRE/CSB, sobre os aspectos complementares da metodologia de avaliação da base de ativos regulatória – BAR aplicados à 2ª RTP.

Qualquer pessoa, independentemente de formação acadêmica ou exercício profissional, bem de quaisquer outras questões e fatores, pode participar da consulta pública, submetendo à Agepar suas contribuições pessoais.

A metodologia de atualização tarifária se trata de processo decisório que implica afetação de direito de agentes econômicos e dos usuários, razão pela qual deve ser realizada a consulta pública. A eficiência está relacionada, também, com a transparência e responsividade do processo regulatório, favorecendo o interesse público, e por isso exige a participação social.

Link: <https://www.agepar.pr.gov.br/Pagina/Consulta-Publica-no-0022023-Notas-Tecnicas-com-Metodologias-da-Tematica-no-4-da-2a-Fase-da>



Site da Agepar

amplia transparência aos usuários de serviços públicos



Desenvolvido após pesquisa com servidores e visitantes do site, o site facilita a busca por legislação com a divisão por eixo temático - de acordo com a área de atuação da Agepar, por exemplo - além da atualização dos marcos legais e regulamentares que fundamentam a atividade regulatória.

A nova disposição de informações destaca as consultas e audiências públicas, facilitando a participação pelos usuários nos debates sobre serviços concedidos.

Para fortalecer a transparência de forma instantânea através desses meios de comunicação, a página traz a atualização diária de cada rede.



Rua Marechal Deodoro,
1.600 - Alto da XV -
80.045-090 - Curitiba - PR



www.agepar.pr.gov.br



+55 41 3210-4800



www.facebook.com/agenciareguladoraservicosdelegadosdoparana



@ageparpr



@agepar1



0800-644-2013